

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	REGULAÇÃO DE FUNDOS DE PENSÃO								
<b>DOCENTE</b>	LUIS LOPES MARTINS								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE377/ GRDDIRELE364	<b>SEMESTRE</b>	2025.1	<b>PERÍODO</b>	6º/10º	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	50/60h

<b>EMENTA</b>	Introdução à Proteção Social. Regulação. Regimes Complementares de Previdência. Previdência Complementar Fechada. Previdência Complementar Aberta. Fundos de Investimento. Governança Corporativa. Tributação.								
<b>OBJETIVOS</b>	Compreender o debate atuais sobre a regulação dos fundos de pensão e investidores institucionais, bem como analisar detalhadamente a disciplina regulatória da previdência complementar no Brasil. Além disso, pretende-se trazer o debate de temas transversais que são cruciais e relevantes também para outros mercados, como questões relativas a fundos de investimento, investimentos ESG e governança corporativa, dentre outros.								
<b>METODOLOGIA</b>	Combinação de aulas expositivas com debates com participação conduzida e seminários. Algumas aulas serão iniciadas por uma exposição inicial do professor, seguida por debates orientados por textos sobre os principais conceitos e problemas do tópico estudado, enquanto outras terão o debate iniciado pela apresentação de seminários por parte dos alunos. Em todos os casos, a leitura do material de aula é essencial para a devida compreensão do tema em discussão, além de necessária para um bom desempenho no processo avaliativo.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Apresentação do curso, que é dividido em 2 blocos: <b>Bloco I: Modelos de estrutura protetiva e consequências econômicas e sociais:</b> desenvolvimento histórico e modelos de proteção social na sociedade contemporânea e impactos dos regimes privados de proteção social (aulas 2-5). <b>Bloco II Fundos de Pensão – Regulação brasileira:</b> a regulação dos regimes complementares de previdência no Brasil e questões atuais sobre investidores institucionais (aulas 6-20)  <b>Bloco III Fundos de Pensão – Questões atuais sobre investidores institucionais</b> (aulas 21-25).								
2	<b>Introdução aos fundos de pensão:</b> como pode ser estruturado um regime protetivo? Objetivos e características normativas fundamentais dos regimes protetivos: administração, custeio, regimes financeiros, modalidades de benefício, classificação das prestações.								
3	<b>Impactos econômicos e sociais dos fundos de pensão:</b> aspectos protetivos, macroeconômicos e impactos para as sociedades empresárias (parte II).								
4	<b>Impactos econômicos e sociais dos fundos de pensão:</b> aspectos protetivos, macroeconômicos e impactos para as sociedades empresárias (parte II).								
5	[SEMINÁRIO] <b>Impactos econômicos e sociais:</b> a experiência da América Latina com reformas estruturais e os fundos de pensão.								
6	<b>Seguridade Social na Constituição Brasileira,</b> reformas previdenciárias brasileiras e aumento da proteção social privada nacional.								
7	<b>Fundos de pensão no Brasil:</b> histórico e estrutura regulatória (parte I).								

8	<b>Fundos de pensão no Brasil:</b> histórico e estrutura regulatória dos fundos de pensão (parte II).
9	<b>Governança corporativa na previdência complementar</b> (parte I)
10	<b>Governança corporativa na previdência complementar</b> (parte II)
11	<b>Aspectos securitários da previdência complementar</b> (parte I)
12	<b>Aspectos securitários da previdência complementar</b> (parte II)
13	<b>Tributação e previdência complementar</b> (parte I)
14	<b>Tributação e previdência complementar</b> (parte II)
15	<b>Investimentos e fundos de investimento</b> (parte I)
16	<b>Investimentos e fundos de investimento</b> (parte II)
17	<b>Investimentos e fundos de investimento</b> (parte III)
18	<b>Processo administrativo sancionador</b> na previdência complementar (parte I)
19	<b>Processo administrativo sancionador</b> na previdência complementar (parte II)
20	Previdência complementar e o Poder Judiciário
21	<b>ESG:</b> Sustentabilidade e investimento responsável na previdência complementar (parte I)
22	<b>ESG:</b> Sustentabilidade e investimento responsável na previdência complementar (parte II)
23	<b>Demografia e desafios regulatórios atuais</b>
24	Experiências e inovação regulatória na previdência complementar: Adesão automática.
25	Experiências e inovação regulatória na previdência complementar: <i>Pan-European Personal Pension Product</i> .
26	Encerramento e entrega do trabalho.
<b>TRILHA</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Advocacia Empresarial
	Carreiras Públicas
	<input checked="" type="checkbox"/> Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	<p>Critérios de avaliação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Entrega de trabalho (50%);</li> <li>Apresentação de seminário e participação como debatedor (50%).</li> </ol> <p>À participação nos debates poderá ser atribuída pontuação extra.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<p>BALERA, Wagner <i>et alli</i>. <b>Introdução à Previdência Complementar</b>, v. 2. Revista dos Tribunais, 2020.</p> <p>IBRAHIM, Fábio Zambitte <i>et alli</i>. <b>Curso de direito previdenciário</b>. 26. ed. rev. e atual. [s. l.]: Impetus, 2021.</p> <p>MESA-LAGO, Carmelo. <b>Evaluación de cuatro décadas de privatización de pensiones em américa latina (1980-2020): promesas y realidades</b>. Bonn: Fundación Friedrich Ebert, 2021.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<p>BARR, Nicholas. <b>The economics of the welfare state</b>. 6th edition. Oxford University Press, 2020.</p> <p>IBRAHIM, Fábio Zambitte. <b>A previdência social no estado contemporâneo: fundamentos, financiamento e regulação</b>. Niterói: Impetus, 2011.</p> <p>OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. <b>Pensions at a glance 2019: OECD and G20 Indicators</b>. Paris: OECD Publishing, 2019.</p> <p>REIS. Adacir. <b>Curso básico de previdência complementar</b>, 4ª ed. RT, 2019.</p>